



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

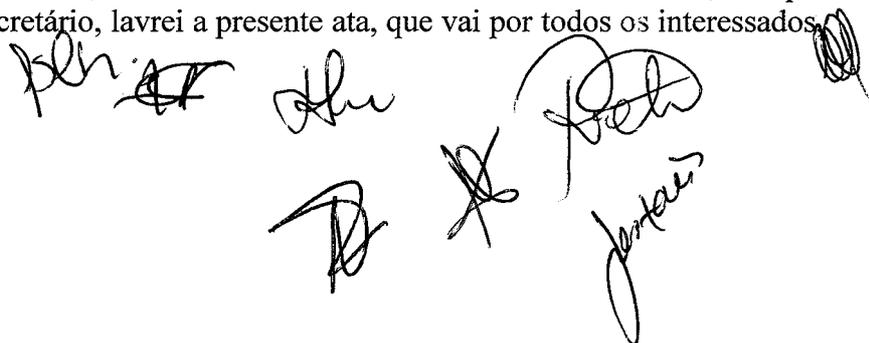
Av. Guilherme Schell, 6068 esq. Ernesto Wittrok.
CEP: 92.310.000 – CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

Ata 20/18

Aos vinte e seis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezoito, em sua sede a Rua Guilherme Schell, 6068, na Casa dos Conselhos Carlos Rosa, Centro de Canoas, às 18h45min, em segunda chamada se dá o início da reunião ordinária do CMS de Canoas. A reunião desta data contará com a seguinte pauta: Informações das Comissões, análise e votação do Relatório de Gestão do 2º Quadrimestre de 2018, reuniões de janeiro e fevereiro de 2019, Projeto Interfederativo de Integração Inteligente Aplicada ao Fortalecimento da Rede de Resposta Rápida à Sífilis, esclarecimentos referente a situação dos atendimentos nos hospitais de Canoas, Informações da Mesa Diretora e Assuntos Gerais. O Presidente cumprimenta os presentes e informa que a análise e votação da parte financeira do Relatório de Gestão do 2º Quadrimestre de 2018 foi retirada de pauta, porque as Comissões que o analisam ainda não estavam satisfeitas com as explicações, ficando definido que será marcada reunião extraordinária para análise, na semana que vem. O Presidente Mário solicita que o secretário faça a leitura da ata do dia 12.11.2018, que foi aprovada por unanimidade. Conta, o CM Mário, que o Secretário Estadual de Saúde, Francisco Paz, em entrevista, falou que a dívida do estado na saúde, é de 500 milhões e reclamou das secretarias municipais que fecharam seus serviços, sem avisar o estado com 90 dias de antecedência. O entrevistador teria “descido cacetada”, enfatizando ser ridícula a manifestação. Diz o presidente que no dia 14.11.18, o GAMP emitiu ofício a SMS, com cópia a diversas entidades, inclusive o CMS, dando conta de restrições aos atendimentos no HPSC, HU e UPAS, com cancelamento de procedimentos e consultas eletivas. O Presidente questiona o CM Leandro, representante do HU, qual seria a comissão que o ofício lido se refere, que não está se reunindo e confirma com a conselheira Margarete que responde que a Comissão de Acompanhamento está se reunindo. O Presidente Mário informa que na última sexta-feira a Secretário Rosa e o CMS foram chamados no CES para explicar e dar a situação da saúde em Canoas. Diz que fomos bem recebidos. Primeiramente a secretária se manifestou e a pós o CMS, afim de expor a situação caótica do financiamento da saúde. Conta sobre palavras do conselheiro de Camaquã, que exigiu que o paciente que viesse de sua cidade fosse atendido e somente depois receberíamos. Diversas manifestações contrárias de conselheiros de outros municípios. O Conselheiro Lotário afirma ser injusto e que até aquele momento, já são onze municípios fechando as portas e a tendência é aumentar rapidamente. Afirma o conselheiro presidente que nós fornecemos explicações e que eles ficaram satisfeitos. Desafiamos os presentes a apresentarem dez conselhos que fazem a fiscalização melhor ou igual a nós. Diz que o estado está devendo 37 milhões e o secretário adjunto Marcos confirma. No Graças os médicos Pessoa jurídica estão a dez meses sem receber. O CM Eduardo diz que gostou da colocação do presidente, em relação ao Conselho de Enfermagem, quando cobrou resposta aos seis anos de convite para que participem do CMS. O CM Pietro diz que mandou e-mail para eles e não se manifestaram. O Presidente afirma que o sindicato dos enfermeiros demonstrou interesse. Também relatou elogios do Conselho Estadual de Combate à Tuberculose pela atuação de nosso conselho. Repassa os elogios ao CM Ivo Nunes. O Secretário Adjunto Marcos reitera que o HNSG recebe pela compra de serviços habilitados do Graça e o GAMP é pago pela administração. Fala que a movimentação do Graças é de dez milhões. O CM Guilherme faz relato do histórico e das reduções. E pergunta ao Secretário Marcos se a remuneração do GAMP também não é pela Tabela SUS. A resposta do servidor é de que tudo que ele relatou está na ata da reunião com o MP, município de Canoas, Graças e Sindicato Médico. Pede ao Presidente que solicite a ata. Concorde que existem problemas na tabela de remuneração, mas também na gestão. Continua sua explanação com a assertiva de que nas restrições, existe um “ping pong” entre estado e município, pois pelo cronograma de pagamentos, o estado paga após 60 dias e em virtude do município fazer os pagamentos antecipados, falta dinheiro. O estado falou que deve 17 milhões, mas não contabiliza setembro e outubro, portanto, reitera que o município não tem mais recursos. Se for na UPA ou HPSC, será atendido. Estamos com problemas sérios de rotatividade de leitos. São 21 hospitais parados no Rio Grande do Sul. Acabo de receber notícia de que Novo Hamburgo decretou paralisação de serviços, isto que eles atendem apenas 12% da população gaúcha e nós quase 50%. Estamos tentando nos desreferenciar. O CM Mário pergunta se esta restrição de casos laranja e vermelho é só para “os de fora” ou é para nós também. O

[Handwritten signatures and initials]

CM Leandro expõe uma reclamação corriqueira nossa, “o que tem de gente de Canoas e não é de Canoas, é uma enormidade”. A CM Margarete fala que o município não recebe pelo Cartão Canoas Saúde e sugere que se coloquem mais dados nele e que poderíamos utilizar as redes sociais para divulgar. O Presidente Mário propõe comissão para recolher sugestões e enviar a SMS. O CM Alcindo diz que a questão não é restringir. A CLS Maria Fucilini conta uma história de um paciente de Charqueadas que tem o Cartão Canoas Saúde e consulta aqui. O Presidente narra que um conselheiro local estava levando seu filho na UPA Rio Branco e não havia leito, pois eles estavam sendo ocupados por moradores do Humaitá. Para apresentar o Projeto Interfederativo de Integração Inteligente Aplicada ao Fortalecimento da Rede de Resposta Rápida à Sífilis, a Srta. Carla Zilio, apoiadora do Ministério da Saúde. Começa dizendo ser canoense e que apoia Canoas e Alvorada. O estado prioriza 12 municípios. Os casos de sífilis cresceu, em 2016, 28% no Brasil em adultos, gestantes e bebês. Apresenta dados da sífilis geral, em gestantes, adquirida e congênita. Mostra a segregação por estado, por taxa de detecção de sífilis em gestantes e de incidência de sífilis congênita em menores de um ano. O objetivo geral é reduzir a sífilis no Brasil, fortalecendo a vigilância epidemiológica, integrando de forma colaborativa as ações de vigilância e atenção em saúde, articulando os setores sociais e comunidades e respondendo aos compromissos internacionais. Expõe as ações e estruturas. Hoje são 72 municípios prioritários no Brasil, mas chegaremos a 100. Explica como será feita a abordagem dos usuários, de forma integral. Explica como serão as abordagens do público. Como será feito o tratamento, acompanhamento e suas necessidades de ação. Como é feita a notificação, com programação e planejamento de enfrentamento da epidemia. Expõe o que foi realizado nos anos 2017 e 2018. O CM Eduardo diz que no segundo quadrimestre já ultrapassamos a meta preconizada pelo MS. O Secretário Adjunto Marcos diz que estão trabalhando com o Consultório na Rua e na Comissão de DST teremos em nossa reunião extraordinária, a presença dos responsáveis pela área, pelo Graça e posteriormente do HU e assim por diante. Ideia é fazer um trabalho de prevenção continuado e organizado. O CM Pietro questiona se o Ministério da Saúde faz um comparativo de incidência de sífilis em relação aos exames ofertados, colocando de forma clara a alusão de que somos o estado com maior número de casos, se outros estados não ofertarem exames e diagnósticos, em quantidade. Diz que “nós temos o número, mas trabalhamos na identificação, será que os outros fazem”. A apoiadora em sua resposta, não demonstrou clareza, se este acompanhamento seria feito. O Secretário da Mesa, informa ofício recebidos do Conselho Local de Saúde Concoban, solicitando a inclusão de informações do CMS no site da Prefeitura Municipal de Canoas. O CM Eduardo informa que devido a generalidade e tamanho dos arquivos, não será possível colocar, mas que será respondido o pedido, por escrito. Recebemos alteração no Decreto 9.463/2018, adiando as datas da Conferência Nacional de Saúde para 04/08/2019 a 07/08/2019. Devido ao adiantado da hora, a definição sobre as reuniões dos meses de janeiro e fevereiro. Com as definições apresentadas, o Presidente encerra a reunião às 20:59 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.



Handwritten signatures of the meeting participants, including the President and various council members.